



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11441 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Ana Maria Raiol da Costa - UFPA - Universidade Federal do Pará

EXPERIÊNCIAS COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS ^[1]

1 - Introdução

O texto é resultado de pesquisa bibliográfica nas teses e dissertações sobre experiências com a Educação do Campo no Brasil. Dado os limites dos recortes (temporal e quantitativo), apresentamos o resultado desse mapeamento destacando as principais tendências identificadas nas pesquisas. O objetivo é apresentar a Educação do Campo em sua historicidade e construir um panorama de sua formação na concretude da sociedade capitalista. Problematizamos o que as pesquisas acadêmicas dizem sobre esse fenômeno educativo e se há unidade na diversidade dos dados levantados.

2 – Método

O texto está fundamentado em referenciais do materialismo histórico-dialético, concebendo a Educação do Campo como parte da totalidade social constituída historicamente no modo como homens e mulheres se organizam para produzir a vida material. Na estrutura social capitalista, essa produção é feita com base na divisão social do trabalho, expressando movimentos contraditórios de lutas entre duas classes antagônicas: a dos proprietários dos meios de produção (classe dominante) e proprietários da força de trabalho (classe que vende seu trabalho). Sob essa estrutura dual se assentam as demais relações sociais. Com esse método apreendemos o fenômeno educativo, partindo das categorias conceituais da Educação do Campo para entender sua emergência enquanto parte da relação social, indo além da abstração dos conceitos em sua pseudoconcreticidade, para chegar à raiz, a essência do fenômeno educativo em sua realidade concreta (KOSIK, 1976). Levantamos as produções sobre as experiências educativas, considerando-as como parte da matéria-prima para construir

o discurso acadêmico-científico da demonstração (THOMPSON, 1891). Recorremos ao banco de teses e dissertações que constam no Banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior/Capes Plataforma Sucupira. Iniciamos pela grande área da Educação [2]. Refinamos procurando nos programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado). Através da Análise de Conteúdo chegamos a uma aproximação das categorias conceituais que revelam a Educação do Campo em sua realidade dialética.

3 – Resultados e discussão

Detectamos que em um universo de 55 (cinquenta e cinco) pesquisas, apenas 12 (doze) tratavam especificamente das experiências com a Educação do Campo no Brasil [3]. Na diversidade dos dados das produções, identificamos convergências nos resultados quando revelavam potencialidades e dificuldades nas experiências com a Educação do Campo no Brasil [4]. A seguir apresentamos um quadro (01) identificando a totalidade das produções filtradas (12), classificadas em dois grandes eixos ou unidades.

Quadro 1: Experiências com a Educação do Campo no Brasil

ENTIDADES	DENOMINAÇÃO	TOTAL
Centros Familiares de Formação em Alternância CEFFA's	Casa Familiar Rural (CFR) Escola Família Agrícola (EFA) Escola Comunitária Rural (ECOR)	09
Outras Entidades	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Escola Estadual em Assentamento do Movimento Sem Terra(MST/MG) Escolas Rurais Municipais de São Paulo (ERM/SP)	03
TOTAL DAS PRODUÇÕES		12

Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira (2013-2015).

A análise dos resultados dessas pesquisas (12) permitiu apreender o movimento histórico em que se forma a Educação Rural até a emergência de um novo paradigma denominado Educação “do” e “no” Campo. A trajetória histórica é movida pela disputa de classes com interesses e projetos educativos opostos presentes nas políticas educacionais: de um lado, prevalece o ideário da “Educação Rural” com a velha proposta de um modelo educativo hegemônico liberal, a qual subordina a educação dos povos que habitam o espaço rural à lógica produtivista, mercadológica, constituída com base nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. Do outro lado, se situa a “Educação do Campo” protagonizada pelos trabalhadores camponeses, que buscam estabelecer novo paradigma na educação brasileira

que concebe a perspectiva da formação humana ampla e integral no processo formativo escolar, de uma práxis (ação transformadora) norteada pela ideia do trabalho como princípio educativo, onde a vida prática social é o princípio educativo e pedagógico. Essa perspectiva educativa também é permeada por movimento contraditório e emerge como um fenômeno educativo recente na realidade educacional brasileira. No projeto político dos movimentos camponeses, o termo “do campo” tem significado de um território de direitos que se opõe ideologicamente ao sentido de território do agronegócio, da lógica desenvolvimentista econômica utilizada na Educação Rural. Dito isso, apresentamos um quadro (02) panorâmico.

Quadro 2: Reconstituição histórica da Educação Rural

MARCO REGULATÓRIO	PARTICULARIDADES
1889: Proclamação da República.	Designação, pasta específica da Agricultura, Comércio e Indústria. Escolarização rural sob encargos dos fazendeiros.
1920: Movimento “Ruralismo Pedagógico”. Apoio da elite agrária do Brasil.	- Processo de modernização do país. Preocupação: perder mão de obra barata disponível no campo. - Estratégia: Controlar fixar o trabalhador no campo
1930: Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Primeiros programas de escolarização da população rural	- Frentes em defesa da educação: Conter o êxodo rural e formar mão de obra especializada, atender a indústria em desenvolvimento no país.
1937-1945: Estado Novo com Getúlio Vargas Criação do sistema “S”: SENAI e SENAC. Gaspar Dutra	- Repasse às elites agrárias: responsabilidade de educação dos filhos dos trabalhadores rurais; - A Educação Rural ficou mais precária - Velha estratégia de fortalecimento da iniciativa privada.
1961: Aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de N 4024). Estados e municípios: Responsáveis pelo ensino primário e médio.	- Proprietário rural que não mantivesse as escolas primárias em suas fazendas, deveria “oferecer” o transporte escolar às crianças até as escolas mais próximas. - Educação Rural: precária e submissa aos interesses de mercado; Desigualdades e exclusão; Abandono do Campo, insatisfações e conflitos agrários com fortes pressões sociais.
1964: Crise do governo de João Goulart culmina no golpe militar. Criação do Estatuto da Terra, em nome da Reforma Agrária (Lei de N° 4.504).	- Fortalecimento da hegemonia dos grandes latifundiários; - Utilização do capital nacional e internacional para modernizar o plantio e o cultivo no campo, via modelo agroexportador.
1971: Continuísmos da educação subordinada à economia, inspiração tecnicista, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de N° 5.692/1971.	- Estado reafirma compromisso com o setor privado, por meio do projeto desenvolvimentista econômico com orientação do Capital internacional. - Contando com a assessoria técnica dos Estados Unidos - Emergem outros programas voltados à Educação Rural
1976: Criação do SENAR; PRONASEC; PRODAC Programa Diversificado de Ação Comunitária. Movimento de Alfabetização/MOBRAL	- A ação provocou insatisfações e reações da sociedade - Movimentos Sociais combatem essa realidade: Os Centros Populares de Cultura e o Movimento de Educação de Base/MEB.

<p>Década de 1980: Educação Rural em Escolas multiseriadas, de 1ª a 4ª séries. O ensino de 5ª a 8ª séries e médio: Praticamente inexistentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Má qualidade, abandono e descaso com a educação no meio rural. - Orientação das organizações internacionais: Esvaziar o campo. - Política de fechamento das escolas do campo. Os alunos são transportados a longas distâncias, em condições precárias para escolas localizadas na zona urbana.
<p>Constituição de 1988: Significativas conquistas, direito do trabalhador à educação pública. Capítulo III - Direito à Educação, Artigos 205, 206 e 208.</p>	<p>- “Dever” do Estado em promover meios que garantam a condições de acesso e permanência em escolas de qualidade</p>
<p>A partir da década de 1990, continuidade da Política de Nucleação.</p>	<p>- Adotada em quase todos os Estados brasileiros com a justificativa de reduzir custo</p>

Fonte: Cruz (2015) e Lima (2014).

Nesse quadro (02) situamos a Educação Rural como um fenômeno manifesto no espaço rural. Sua constituição não está isolada do processo de constituição da sociedade brasileira; ao contrário, é parte de um movimento global do Capital, de uma totalidade sócio-histórica onde a contradição fundamental não é cidade-campo, mas sim a relação capital-trabalho. De um modo geral, a educação dos trabalhadores nunca foi prioridade do Estado brasileiro e a dos que vivem no campo mais ainda (LIMA, 2014). Desde a era colonial prevaleceu o ideário do campo como lugar de atraso, justificado na ação Estatal quanto ao abandono, sendo constituída sob uma lógica oligárquica, agrária de dominação, expropriação, extermínio e escravidão; começando pelos indígenas, depois os africanos, seguida dos pobres de origem europeia (CRUZ, 2015). A separação entre campo e cidade, historicamente, representa a maior divisão entre trabalho material e o intelectual com a alienação e exploração dos homens, sejam eles do campo ou da cidade, uma vez que a divisão entre o Campo e a cidade é a demonstração da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho a uma determinada atividade que lhe é imposta, uma “[...] subsunção que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre os interesses de ambos” (MARX & ENGELS, 1984, p. 78). No Brasil, a Educação Rural passa a surgir nos anos seguintes ao processo de colonização, combinada ao interesse da ordem econômica do capital. Na primeira Constituição, (1824) outorgada por D. Pedro I, a única recomendação feita à escolarização dos cidadãos se referia à obrigatoriedade da educação primária, com vaga indicação a criação de colégios e universidades. Nesse contexto só eram considerados cidadãos poucos indivíduos pertencentes à elite. Embora a população brasileira fosse predominante rural, composta de indígenas e escravos, ainda prevalecia o ideário que essa população não precisava de nenhuma ação instrucional, pois a realização do trabalho na lavoura e na pecuária não carecia de qualquer instrução formal, “salvo a catequese que tinha a única função, ensinar a submissão e subserviência ao branco europeu, considerado modelo de civilização, evolução e superioridade” (LIMA, 2014, p. 95). Mas essa lógica não reinou incontestavelmente. A sociedade reagiu, sobretudo, os movimentos sociais do campo que se mobilizaram contra o modelo de Educação Rural excludente, tanto no contexto de reabertura

política dos anos de 1980 quanto nos momentos anteriores e posteriores à promulgação da Constituição Federal em 1988. Os discursos democráticos ganharam força no cenário político brasileiro, bem como contraditoriamente, momento no qual o Estado se afastou das questões sociais, travestindo-se em uma nova reconfiguração ajustada à lógica do capital. Nesse movimento histórico a luta pela mudança da Educação Rural ganhou relevância. No contexto geral, o “Movimento Sem Terra” (MST) é destacado como um movimento seminal importante de luta e conquista por uma Educação Básica do Campo em contraposição ao modelo hegemônico de Educação Rural (LIMA, 2014, p. 104). Com a organização do movimento camponês, emerge a necessidade de uma concepção de Educação do Campo no contexto dos anos de 1990, uma resposta à exclusão do modo de vida e de trabalho no Campo (CRUZ, 2015). No quadro (03) apresentamos a trajetória do movimento histórico em que o novo paradigma educacional designado como Educação do Campo surge no cenário educacional no Brasil.

Quadro 3: Reconstituição do novo paradigma da Educação do Campo no Brasil

INSTITUCIONALIDADE	PARTICULARIDADES
<p>1997: Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro</p> <p>Documento que assinala a educação do Campo como um novo paradigma, com orientações e diretrizes as práticas pedagógicas de trabalho educacional no Campo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Questiona a Educação Rural, expondo as contradições do modo de produção capitalista. - O Movimento “Por uma Educação do Campo” ganhou Institucionalidade e contorno nacional demarcando espaços, nas agendas dos governos federal, estadual e municipal. - Legalmente encampa a ideia de uma educação específica para os povos do Campo e uma Política Pública de Educação envolvendo a adesão de sujeitos ligados a questão do campo.
<p>1997: I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária(I ENERA).</p> <p>Espaço público de discussão e divulgação da luta nacional pela ampliação da Educação no Campo em contraposição a Educação Rural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento do projeto de Educação “no” Campo: Significando que o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive. E “do” Campo: Significa uma educação originada no seu lugar, vinculada as suas raízes culturais. - Ganhou visibilidade nacional e institucional em decorrência da tragédia do Massacre dos “Sem Terra” em Eldorado dos Carajás/PA.
<p>1998: Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA)</p> <p>Fortaleceu a Educação do Campo nas áreas da reforma agrária, no âmbito do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), protagonizado pela força do movimento social do Campo, em especial o MST.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os projetos abrangiam níveis de ensino, como a EJA, Ensino Médio e Profissional, Ensino Superior e ainda capacitava educadores para atuação em áreas de assentamento e na avaliação do Movimento Social do Campo. - Impulsionou à escolarização da classe trabalhadora do Campo.

Fonte:
Cruz

<p>1998: I Conferência Nacional</p> <p>Por uma Educação Básica do Campo</p> <p>Definição das “Diretrizes da Educação Básica do Campo:” Educação do Campo como específica e diferenciada, isto é, alternativa.</p> <p>As experiências operacionalizadas nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) sob o sistema da Pedagogia da Alternância.</p>	<p>- Princípio Educativo: Formação humana ampla. Com referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos na realidade.</p> <p>- Apontadas como exitosas, constituindo, um exemplo a ser seguido na formação dos trabalhadores camponeses. Nessas instituições, a organização do trabalho didático e pedagógico é diferente da Educação Rural, se configura como um novo paradigma de educação do Campo.</p>
--	---

(2015); Lima (2014).

Nesse quadro (03), sintetizamos o período que expressa parte do movimento histórico no qual o projeto de Educação do Campo no Brasil se desenha. O paradigma de Educação do Campo é recente e tem como base os princípios de autonomia dos territórios materiais e imateriais, enquanto o de Educação Rural é constituído com base nos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital. Isso resume as significações dos termos Educação Rural e do Campo. O novo paradigma de educação do Campo se articula a um projeto popular de sociedade, buscando construir alternativas educacionais vinculadas ao seu modo de vida e seus valores. Tem o significado político de lutas e reivindicações protagonizadas pelo movimento social dos trabalhadores do campo, muito mais que luta por escola, tem o sentido de reconhecer e fortalecer o processo de resistência e emancipação dos povos do campo. É um projeto popular de sociedade que busca outra escola. O modelo camponês escolar nasce do contexto de luta pela terra e condições dignas de vida e de trabalho. Enquanto forma, a Educação do Campo representa uma conquista do movimento social do campo, que foi recentemente instituída como política pública educacional, por meio do marco regulatório, leis, decretos e um conjunto de programas e projetos educacionais. Enquanto conteúdo político tem a proposição filosófica de norteada pela ideia do trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana ampla. É nesse movimento em que a Educação do Campo vai se estabelecendo. Pela primeira vez as reivindicações dos movimentos sociais do campo foram incorporadas à Educação do Campo, passando a ter uma legislação própria, anunciando uma nova perspectiva de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, as atividades curriculares e pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável. No contexto mais recente foi formada a “Coordenação Geral de Educação do Campo/CGE”, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, depois designada como SECADI (em 2004). Essa secretaria foi desmontada, na atual gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019), por meio de Medida Provisória de Nº 870/2019 de 01 de janeiro de 2019, dando lugar a subpastas nas modalidades específicas.

4 – Conclusão

Identificamos nesse mapeamento que em sua forma (aspectos normativos) a política de Educação do Campo constituiu um avanço, mas enquanto conteúdo (filosófico/teórico da formação humana) encontrou embaraços em sua materialidade, revelados nos diferentes interesses e concepções que perpassam, desde o discurso oficial do Estado, dos governos e, no próprio movimento social dos trabalhadores, leis sozinhas não garantem a efetivação dos direitos, dado às desigualdades resultantes das contradições da sociedade capitalista. As teses e dissertações apontam que esse é o grande debate levantado, o dilema a ser enfrentado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Educação Rural; Política Educacional; Movimento Social Camponês.

Referências

CRUZ, J. P. da. **O MST e a Educação do Campo: um olhar sobre as práticas pedagógicas da escola estadual Paulo Freire, Assentamento Antônio Conselheiro, Barra do Bugres/MT.**Dissertação: UEMT, 2015.

FREITAS, H. C. de A. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. **Educação do Campo em Aberto.** Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: 2011. v. 24, n 85, p. 35-49.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, E. N. **Políticas Públicas para a Educação do Campo no estado de São Paulo: impactos, repercussões, contradições e perspectivas.** Tese: UFSCAR, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOTAS DE FIM

[1] Um excerto de pesquisa concluída (2019) no curso de doutorado em Políticas Educacionais. O texto na íntegra consta em nosso segundo capítulo da tese, onde apresentamos um texto de revisão da literatura, abordando categorias conceituais, centrais de nossa pesquisa.

[2] O fenômeno “Educação do Campo” é um tema pesquisado em outras áreas do conhecimento como na Geografia, Ciências Sociais e Agronomia. Identificamos um total de 1.296 produções acadêmicas. Decidimos buscar apenas as pesquisas dos programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado).

[3] Três (03) constituem teses de doutorado e nove (09) dissertações de mestrado, quanto à distribuição por região e Instituições de Ensino Superior, a Sudeste apresenta o maior número de produções. A região Sul apresentou o mesmo número de produções: URI-RS (02), UNIOESTE-PR (01) e UNOCHAPECÓ-SC (01). A região Centro-Oeste apresentou três (03) produções: UEMT (02) e UFMT (01). Na região Norte, encontramos uma produção (UFPA), a Nordeste não constatamos nenhuma produção na Plataforma.

[4] Isso é recorrente pelo fato que adotam o referencial marxiano e marxista.